

**ATA DA XVI REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE -  
CONAMA**

30/11/94

1       Aos dez dias do mês de novembro do ano de 1994, às 9h20min., no  
2       Auditório n 01 do Edifício Sede do IBAMA, em Brasília, foi  
3       realizada a XVI Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do  
4       Meio Ambiente - CONAMA. Estavam presentes os seguintes  
5       Conselheiros: Doutor Henrique Brandão Cavalcanti, Ministro de  
6       Estado do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e Presidente do  
7       CONAMA; Doutora Nilde Lago Pinheiro, Secretária-Executiva do  
8       CONAMA e Presidente do IBAMA; Doutor Jadson de Araújo Pires;  
9       Conselheiro Suplente Representante da Associação Brasileira de  
10      Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES; Conselheira  
11      Representante das Entidades Ambientalistas Cíveis da Região Sul,  
12      Dra. Mande Nancy Joslin Motta; Conselheiro Representante das  
13      Entidades Ambientalistas Cíveis da Região Nordeste, Dr. Francisco  
14      Rodrigues Soares; Conselheiro Representante das Entidades  
15      Ambientalistas Cíveis da Região Norte, Dr. José Heder Benatti;  
16      Conselheiro Representante das Entidades Ambientalistas Cíveis da  
17      Região Centro-Oeste, Dr. César Vítor do Espírito Santo;  
18      Conselheiro Titular Representante da Associação Civil de Defesa  
19      do Meio Ambiente, Dr. Paulo Nogueira Neto; Conselheiro Titular  
20      Representante da Confederação Nacional da Agricultura, Dr.  
21      Antônio Ernesto Werna de Salvo; Conselheiro Suplente  
22      Representante da Confederação Nacional do Comércio, Dr. Leopoldo  
23      Garcia Brandão; Conselheiro Suplente Representante do Instituto  
24      Brasileiro de Siderurgia, Dr. José Ribamar Brasil Cheheb;  
25      Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado de  
26      Alagoas, Dr. Fernando José Mendes Pinto; Conselheiro Titular  
27      Representante do Governo do Estado do Amapá, Dr. Antônio Carlos  
28      da Silva Farias; Conselheiro Titular Representante do Governo do  
29      Estado do Amazonas, Dr. João Frederico Guimarães Cruz;  
30      Conselheiro Suplente Representante do Governo do Estado da  
31      Bahia, Dr. Durval Freire de C. Olivieri; Conselheiro Suplente  
32      Representante do Governo do Estado Ceará, Dr. Cândido Antônio  
33      Neto; Conselheira Titular Representante do Governo do Distrito  
34      Federal, Dra. Maria do Carmo Lima Bezerra; Conselheiro Titular  
35      Representante do Governo do Estado Espírito Santo, Dr. Albanir  
36      Pereira Santana; Conselheiro Titular Representante do Governo do  
37      Estado do Mato Grosso do Sul, Dra. Emiko Kawakami de Resende;  
38      Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado Pará, Dr.  
39      Francisco Sérgio B. S. Leão; Conselheiro Titular Representante

40 do Governo do Estado Paraná, Dr. Vitório Sorotiuk; Conselheiro  
41 Titular Representante do Governo do Estado Pernambuco, Dr. José  
42 Luiz Marques Delgado; Conselheiro Suplente Representante do  
43 Governo do Estado do Rio de Janeiro, Eng<sup>o</sup> Florestal Axel Schmidt  
44 Grael; Conselheira Suplente Representante do Governo do Estado  
45 do Rio Grande do Norte, Dra. Martha Maria Barbosa Varella;  
46 Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado do Rio  
47 Grande do Sul, Dr. Luciano Teodoro Marques; Conselheiro Titular  
48 Representante do Governo do Estado de Rondônia, Dr. Francisco  
49 José S. Pereira; Conselheiro Suplente Representante do Governo  
50 do Estado de São Paulo, Dr. José de Ávila Aguiar Coimbra;  
51 Conselheiro Titular Representante do Governo do Estado do  
52 Tocantins, Dr. Djane Lacerda; Conselheiro Titular Representante  
53 do Ministério da Aeronáutica, Cel. Aviador Renilson Ribeiro  
54 Pereira; Conselheiro Suplente Representante do Ministério da  
55 Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Dr. José  
56 Fernando de Moraes Gomes; Conselheiro Suplente Representante do  
57 Ministério do Bem-Estar Social, Dr. Nelson Monteiro Afonso dos  
58 Santos; Conselheiro Titular Representante do Ministério da  
59 Educação e do Desporto, Prof<sup>a</sup>. Neli Gonçalves de Melo;  
60 Conselheiro Titular Representante do Ministério do Exército, Dr.  
61 Cel. de Caval. QEMA Ariel Rocha da Cunha; Conselheiro Titular  
62 Representante do Ministério da Integração Regional, Dr. José  
63 Belizário Nunes; Conselheiro Titular Representante do Ministério  
64 da Justiça, Dr. Edmundo Antônio Taveira Pereira; Conselheiro  
65 Suplente Representante do Ministério da Marinha, Cap. de Fragata  
66 Paulo Roberto Faria; Conselheiro Suplente Representante do  
67 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Dr. Haroldo  
68 Mattos de Lemos; Conselheiro Suplente Representante do  
69 Ministério de Minas e Energia, Dr. Flávio Sottomayor Santos  
70 Júnior; Conselheiro Titular Representante do Ministério da  
71 Saúde, Dr. Adolpho Luiz Bezerra Kesselring; Conselheiro Suplente  
72 Representante do Ministério do Trabalho, Dr. Vítor Couto  
73 Cavalcanti; Conselheiro Titular Representante do Ministério dos  
74 Transportes, Dr. Sérgio Grein Teixeira; Conselheira Suplente  
75 Representante da Secretaria -Geral da Presidência da República,  
76 Dra. Helena Zanella; Conselheiro Suplente Representante da  
77 Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da  
78 Presidência da República, Dr. Zenon Schueler Reis; Conselheiro  
79 Titular Representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
80 Presidência da República, Dr. Herbert Otto Roger Schubart;  
81 Conselheiro Titular Representante da Casa Militar da Presidência  
82 da República, Ten. Cel. de Inf. Edson Franco Imaginário;  
83 Conselheiro Titular Representante do Estado-Maior das Forças  
84 Armadas, Cap. de Frag. Paulo Teixeira de Castro; Conselheiro



85 Suplente Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
86 e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Dr. João Batista  
87 Drummond Câmara. Também compareceram à esta Sessão: Dra. Leila  
88 Magaly Valois Durso, SPS/MPS; Dr. Edmundo C. A. Carvalho,  
89 Prefeitura de São José dos Campos; Dr. Antônio Franco, SINTAEMA;  
90 Dra. Hirtes Fernandes Filho, SINTATEMA; Dr. Flávio José P. da  
91 Silva, INFRAERO; Dr. Luis Fernando Fontes, CNI; Dra. Marília  
92 Marreco, SMA/MMA; Dra. Dalvacir Evaristo C. Reis, MMA; Sr.  
93 Sebastião, PROGE/IBAMA; Dra. Mirian R. Nutti, ELETROBRÁS; Dr.  
94 Everton F. Lucero, MRE; Dr. Vinicius de Sá, MME; Dr. Peter  
95 Greiner, MME; Dra. Telma Malheiros, FURNAS; Dr. Léo Pompeu R.  
96 Campos, FEAAL-MG; Dr. Albano F. Carvalho, FURNAS; Dra. Venus S.  
97 Pezeshk, Governo do Estado do Tocantins. Havendo quorum, o  
98 Presidente declarou aberta à Sessão. Posteriormente passou para  
99 a leitura do item 2.1 da Ordem do Dia da pauta, referente a  
100 apreciação do Substitutivo ao Projeto de Lei no. 2.249, de 1991,  
101 que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria  
102 o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e define  
103 critérios de outorga de direitos de uso desse recursos. E propôs  
104 ao Plenário que as manifestações não se prendessem somente a  
105 manifestações não se prendessem somente a apreciação do  
106 Substitutivo, e que os oradores dentro dos limites razoáveis,  
107 pudessem abordar temas correlatos, e que se refiram também ao  
108 Gerenciamento de Recursos Hídricos para efeito de esclarecimento  
109 e ilustração do referido tema. Então a Proposta foi para  
110 votação, e não havendo manifestações contrárias, a Proposta foi  
111 aprovada. A seguir passou para o item 2.2, referente a Proposta  
112 de Resolução instituindo o Programa Nacional de Gestão Ambiental  
113 de Recursos Hídricos, e informou que recebeu várias  
114 manifestações para que não fosse levada em consideração a  
115 Proposta de Resolução, mas somente a simples apresentação desse  
116 tema, havendo também debates e intervenções. Passou a Proposta  
117 para votação em Plenária, e não havendo questionamento foi  
118 aprovada. A seguir o Senhor Ministro, reiniciou para o primeiro  
119 tópico da Ordem do Dia da Pauta, no qual o Conselheiro Dr.  
120 Haroldo Matos de Lemos, fez uso da palavra sobre a questão da  
121 água na sua devida perspectiva e também aqueles que estudam a  
122 questão de Recursos Hídricos a nível mundial, no qual se tem  
123 alertado para o fato de que a água será um dos problemas  
124 ambientais mais graves a ser enfrentado no final do século para  
125 muitos países e no início do próximo século para grande maioria  
126 dos países em desenvolvimento e lembrou do período que passavam  
127 com o Programa das Nações Unidas do Meio Ambiente, no qual o  
128 Diretor-Executivo repetia com bastante frequência, "Que a  
129 energia tinha sido a grande crise no início da década de 70, mas

130 que a água seria a grande crise mundial no final da década de  
131 90". Mas isso tudo era baseado em dados concretos, como por  
132 exemplo temos o consumo da água em termos globais, ou seja, para  
133 atividades humanas, incluindo a agricultura, a indústria, o  
134 saneamento, esse consumo entre 1940 à 1980 levou quarenta anos  
135 para dobrar, mas a partir de 1980 até o ano 2000 levará somente  
136 vinte anos, pois na realidade o consumo de água para atividades  
137 humanas do início do século ao final deste, será de um  
138 crescimento superior ao da população nesse mesmo período, embora  
139 a água seja um recurso renovável é também limitado, mas  
140 lembramos que não é um recurso infinito, além disso a quantidade  
141 disponível de água em uma determinada região pode cair muito  
142 abaixo da média em época de seca, o mal gerenciamento de  
143 Recursos Hídricos, ou seja, a água de má qualidade, equivale a  
144 morte de milhões de pessoas, principalmente nos Países em  
145 desenvolvimento, se for considerado apenas doenças de veiculação  
146 hídrica como a diarreia. A questão do aquecimento global, ter  
147 recebido mais atenção na comunidade e na imprensa internacional,  
148 do que a crise da água, seria talvez porque a crise da água irá  
149 atingir mais gravemente os Países em desenvolvimento, pois no  
150 caso o consumo da água para atividades humanas continuará  
151 obrigatoriamente crescendo, conseqüentemente a crise será maior,  
152 entretanto em algumas regiões dos Países desenvolvidos, também  
153 sofrem com esse problema. Agora o fato da crise da água não ser  
154 tão divulgada, seria também por parte dos profissionais que  
155 trabalham nesse setor e também por não haverem sucesso em  
156 transmitir com a prioridade que é devida na agenda  
157 internacional. Imaginemos que em função da escassez de água o  
158 que irá acontecer futuramente nas grandes cidades, se não for  
159 implantado um sistema mais eficiente de Gerenciamento de  
160 Recursos Hídricos. Quando se estuda uma nova área, a  
161 disponibilidade de água é uma das prioridades para garantir a  
162 governabilidade do mundo futuramente, pois a escassez de água  
163 pode funcionar cada vez mais com catalisador de futuros  
164 conflitos e podendo transformar em guerras sérias. O maior  
165 desafio é fazer com que dentro da comunidade internacional a  
166 escassez de água seja reconhecida como uma poderosa e crescente  
167 força de estabilidade social e política. Um dos pontos  
168 importantes desse substitutivo seria a necessidade de se  
169 estabelecer no Brasil, uma gestão integrada isenta do  
170 gerenciamento de Recursos Hídricos. E precisamos lembrar que a  
171 água é um elemento indispensável a vida e a qualquer  
172 ecossistema. Em função dos dados do Banco Mundial, que no caso  
173 serão necessários bilhões de dólares para investimentos e a  
174 constatação de que esses recursos não deverão estar disponíveis,



175 no caso teria que se modificar a forma de Gerenciamento da  
176 Bacias, com a implantação da figura da agência de bacia, tendo  
177 autonomia financeira e dando a água o valor econômico, fazendo  
178 com que a utilização e a poluição da água sejam pagos, por quem  
179 o fizer e depois esses recursos seriam recolhidos pela Agência  
180 de Bacia para que possam ser reinvestidos. O Conselheiro Doutor  
181 Jadson de Araújo Pires fez uso da palavra e colocou que iriam  
182 dividir a exposição em dois momentos específicos, que seriam: a  
183 resposta da Câmara Técnica que emitisse um parecer que  
184 subsidiasse os Conselheiros, a princípios gerais dessa questão  
185 de Recursos Hídricos no País e também ter alguns critérios no  
186 andamento da análise do substitutivo do Deputado Fábio Feldmann.  
187 O outro momento seria destacar a importância do encaminhamento  
188 do assunto da forma mais pertinente possível, e esclareceu que  
189 na última Reunião da Câmara Técnica de Recursos Hídricos, tinham  
190 um parecer e um relatório para ser apresentado em Plenário, mas  
191 ocorreu que o Deputado Fábio Feldmann, reelaborou um novo  
192 substitutivo, no qual foi analisado em uma recente reunião da  
193 câmara técnica juntamente com todas as contribuições, que a  
194 Câmara tinha conseguido ao decorrer das Reuniões, com o efetivo  
195 apoio do IBAMA, trazendo bastante subsídios das Instituições dos  
196 profissionais competentes do setor, e foi incorporada a essa  
197 última Reunião da Câmara Técnica, propostas oriundas de um  
198 workshop realizado pela ABEMA, onde se tirou os princípios  
199 gerais dessa questão de recursos hídricos no País e também  
200 algumas sugestões para inclusão no texto do substitutivo; a  
201 terceira grande contribuição foi por parte do Ministério do Meio  
202 Ambiente, onde discutiram alguns tópicos essenciais de grande  
203 relevância a serem trabalhadas na questão básica desse novo  
204 substitutivo. Agora, a Câmara Técnica de base desse bravo  
205 histórico com subsídios, produziu um Relatório da Câmara Técnica  
206 que seria apresentado em Plenário, tendo item por item todas as  
207 sugestões que devem ser incorporadas ao novo substitutivo. A  
208 segunda grande questão que a Câmara Técnica avançou é que o  
209 substitutivo com estas alterações e as que serão produzidas no  
210 decorrer dessa Reunião, devem ser aprovadas pelo CONAMA ou seja  
211 a Câmara Técnica indica plenamente a aprovação do novo  
212 substitutivo como a Legislação de Recursos Hídricos no País. Um  
213 dos principais pontos foi o dado de que não constava no  
214 primeiro substitutivo a conjugação das duas políticas ou seja a  
215 Política Nacional de Meio Ambiente com a Política Nacional dos  
216 Recursos Hídricos e segundo substitutivo, o próprio Deputado  
217 absorveu as diversas contribuições da Câmara Técnica e de  
218 diversos componentes da sociedade e fez alteração no seu próprio  
219 texto, fazendo com que o novo substitutivo já contemplasse essa

220 questão de princípio que a Câmara Técnica adotaria, portanto o  
221 primeiro aspecto seria a recomendação da Câmara Técnica do  
222 encaminhamento ao Plenário para aprovação desse substitutivo.  
223 Agora o segundo produto foi a aprovação de uma proposta de  
224 criação de um Programa Nacional a ser implantado pelo Ministério  
225 do Meio Ambiente para gerenciamento de recursos hídricos e que  
226 pudesse capacitar os Órgãos Estaduais do Meio Ambiente, discutir  
227 a questão, levantar dados, apresentar subsídios efetivo para o  
228 gerenciamento ambiental com base na Filosofia de Recursos  
229 Hídricos, no qual independeria de um Projeto de Lei, seria uma  
230 proposta para que o Ministério assumisse a questão e passasse a  
231 ter uma efetiva ação dentro dessa questão. Apresentaram uma  
232 proposta de moção que recomenda a aprovação desse Projeto.  
233 Expôs, que não setem condições de fazer um abastecimento  
234 doméstico sem tratamento convencional, pois atualmente tanto na  
235 qualidade como na quantidade os recursos hídricos estão  
236 degradados, esta questão tem como consequência a redução da  
237 qualidade de vida. O senhor Jair Sarmiento fez uso da palavra,  
238 informando que faria uma exposição sobre Gestão Ambiental de  
239 Recursos Hídricos, abordando quatro itens: deteriorização das  
240 águas e da qualidade ambiental; a evolução da política do meio  
241 ambiente, do controle a gestão ambiental, mencionando a  
242 estrutura da lei n°. 6938/81, da Política Nacional do Meio  
243 Ambiente, depois da lei n°. 7347 que é dos direitos de fusos,  
244 que introduziu o Ministério Público na questão ambiental. Agora  
245 a proposta em questão, retoma os grandes princípios  
246 descentralizadores da lei n°. 6938/81, participativos,  
247 integradores e estabelece uma coordenação clara do Sistema de  
248 Gestão dos Recursos Hídricos, que envolve centenas de  
249 instituições setoriais, que não conversam entre si, gerando a  
250 ineficiência da gestão, favorecendo a corrupção, outro aspecto  
251 seria o financiamento que já tinha sido introduzido pela lei n°.  
252 6938/81 com dispositivo legal, referendado na compensação  
253 financeira pela própria constituição no qual estabelece esses  
254 instrumentos que são as tarifas ambientais. Essa lei, retoma a  
255 idéia sobre forma de sistema na questão de recursos hídricos e  
256 que o sistema nacional de gestão é um subsistema do grande  
257 sistema ambiental, e que a lei que regulamentou a lei n°.  
258 6938/81 dizia que cabia ao CONAMA, estabelecer com base nos  
259 estudos da SEMA, normas, critérios, padrões relativos ao  
260 controle e manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas  
261 ao uso racional dos recursos ambientais principalmente os  
262 hídricos. Esse projeto sofreu aperfeiçoamento recentes e a  
263 Câmara Técnica assegurou essa necessária articulação orgânica  
264 entre a Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política



265 Nacional de Meio Ambiente, evitando a falta de intercâmbio de  
266 informação. Concluiu sua exposição lembrando que com base nas  
267 experiências internacionais, a de centralização, planejando,  
268 ingerindo a partir da Bacia Hidrográfica uma participação que  
269 não se limita aos órgãos governamentais, mas empresários  
270 segmentos representativos da sociedade civil, e essa é uma  
271 experiência que não pode ser ignorada, a integração é feita pôr  
272 instituições voltadas para a tarefa integradora, é do que não  
273 dispomos, que sejam instituições de uma responsabilidade  
274 disciplinadora, regulatória e controladora, não para proceder  
275 uma gestão autoritária, mas sim participativa, e sobre tudo esse  
276 lado da Política Ambiental que é o financiamento com base do  
277 princípio usuário pagador, já que representam o grande  
278 organizador das diferentes fontes de financiamento em torno dos  
279 planos de gestão de bacia, o ganho decorrente dos termos do  
280 fundo gerado representa o investimento na recuperação das águas,  
281 o que gera uma força alavancadora da organização de todos os  
282 demais recursos municipais, estaduais e federais, que ao invés  
283 de ser aplicado sem nenhum planejamento, passam a ser ordenados  
284 e organizados em torno do Plano de Gestão de Bacias  
285 Hidrográficas. O Conselheiro Herbert Otto Roger Schubart fez uso  
286 da palavra, informando que a SAE criou uma subcomissão para  
287 tratar do assunto em questão e que ao se fazer uma análise  
288 verificou-se que os aspectos positivos no que diz respeito as  
289 diretrizes para uma Política Nacional de Recursos Hídricos foram  
290 mantidos nessa versão. A redação do Projeto de Lei seja feita de  
291 tal forma que a lei venha a ser aplicável, redundando em extensa  
292 e tirando a flexibilidade do tratamento mais dinâmico, mais  
293 compatível. A criação de um número ilimitado de empresas  
294 públicas, federais e estaduais, continua sendo prevista no  
295 parecer preliminar, ainda que flexibilizada sobre a forma  
296 preferencialmente de empresas públicas, esse ponto contraria a  
297 atual diretriz de governo que procura desestatizar sempre que  
298 possível essa questão. Em relação ao assunto em questão,  
299 estudamos sobre uma ótica da sustentabilidade do  
300 desenvolvimento, a água como recurso estratégico, mas possui uma  
301 certa particularidade em relação a outros minerais, por ser  
302 insubstituível e essencial a vida. O Dr. Haroldo fez uso da  
303 palavra, solicitando que durante as intervenções deixassem bem  
304 claro se concordam ou não com o substitutivo e se tem emendas a  
305 apresentar com relação ao texto. O Conselheiro Nelson Monteiro  
306 fez uso da palavra, informando o posicionamento da Secretaria de  
307 Saneamento, em relação ao assunto em debate, partindo do  
308 princípio de que existe uma relação íntima entre saneamento e  
309 gerenciamento de recursos hídricos, com isso havendo uma

310 apresentação no parecer sobre a primeira versão do substitutivo,  
311 e que o setor de saneamento vem sendo historicamente penalizado  
312 pôr não participar das decisões sobre a utilização defende o  
313 gerenciamento integrado, participativo, descentralizado, opondo-  
314 se de que esse gerenciamento não se faça por um setor usuário, e  
315 outro aspecto relevante que em face ao quadro de salubridade  
316 ambiental decorrente da inadequação dos serviços públicos de  
317 saneamento, o setor se posiciona como credor de recursos  
318 oriundos da cobrança pelo uso da água até que esse quadro possa  
319 ser alterado. O Conselheiro Sérgio Grein fez uso da palavra,  
320 sugerindo que seja feita uma gestão vinculada ao órgão supra-  
321 setorial, não tendo uma emenda específica, seria por exemplo a  
322 criação do Conselho Nacional da Água e gostaria que houvesse uma  
323 definição explícita dos critérios de outorga dos direitos de uso  
324 dos recursos hídricos nessa lei. O Conselheiro Flávio Sottomayor  
325 fez uso da palavra , informando que estava com algumas  
326 observações que seriam apresentadas pelo Secretário de Energia -  
327 Dr. Peter Greiner e o Dr. Vinícius de Sá - Departamento Nacional  
328 de Águas e Energia, No qual iriam apresentar a posição do  
329 Ministério de Minas e Energia, sobre o assunto em questão, a  
330 seguir perguntou se esse parecer teria que passar pela Câmara  
331 Técnica de Assuntos Jurídicos, com isso o Presidente da Câmara  
332 Técnica citada, intercedeu esclarecendo que o parecer não  
333 necessariamente precisaria ser submetido a Câmara de Assuntos  
334 Jurídicos, até porque ele é um parecer da Câmara Técnica de  
335 Recursos Hídricos com total independência, uma eventual proposta  
336 de resolução que aprove algumas das decisões da Câmara Técnica  
337 de Recursos Hídricos essa sim seria adequada para ser submetida  
338 a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. O Dr. Vinícius fez uso  
339 da palavra, colocando a questão da água como importante, mas  
340 escassa, e no decorrer expôs várias sobre o assunto, e  
341 conclusivo que atualmente a água tem três princípios básicos a  
342 serem considerados: O primeiro que a água é um bem econômico, o  
343 segundo que se tem que fazer uma gestão integrada e o terceiro é  
344 os que vivem dentro da bacia deverão participar do planejamento,  
345 são os comitês de bacias. O Ministério de Minas e Energia fez um  
346 convênio com a França que já tem sua lei de água com esses três  
347 princípios, então fizeram e desenvolveram o projeto piloto na  
348 bacia do rio doce, onde tentaram colocar esse princípio. Então  
349 existiu um trabalho que deu base e segurança, e o que foi  
350 colocado no Projeto de Lei do Executivo é de uma experiência  
351 brasileira. O Doutor Peter Greiner fez uso da palavra, em  
352 agradecimento a compreensão do Senhor Ministro, que quando  
353 constatou que Ministério de Minas e Energia, que até agora  
354 sempre cuidou das águas, não estava incluído na Câmara Técnica



355 de Recursos Hídricos, mas assegurou a inclusão do Ministério na  
356 referida Câmara Técnica, posteriormente esclareceu que a questão  
357 da gestão da água, é preciso examinar os seguintes aspectos: A  
358 questão do controle do problema dos dados é um problema neutro,  
359 seria onde houver mais condições técnicas e econômicas de  
360 exerce-lo; a questão do aspecto pró-ativo se o recurso hídrico é  
361 um bem econômico que pode dar desenvolvimento para o país e  
362 manifestou a posição do Ministério de Minas e Energia que existe  
363 nesse projeto alguns problemas, é uma iniciativa muito válida  
364 que enfatizou a participação e a integração. O projeto ao  
365 abordar a organização e a distribuição de responsabilidade, fere  
366 o princípio constitucional e que isto cabe exclusivamente a  
367 presidência da República e também não atende de forma concreta a  
368 parte operacional e precisa ser revisto por que rompe qualquer  
369 linha de atribuição, de cobrança ativa e efetiva de  
370 responsabilidade, o Ministério sugeriu que e retome a discussão  
371 no âmbito do executivo entre todos os Ministérios para tentar  
372 uma formulação que contemple tudo, pois fazer um projeto teórico  
373 que é apenas uma tese e que não vai funcionar na prática. O  
374 Senhor Ministro fez uso da palavra, para esclarecer sobre a  
375 eventual indicação do Ministério de Minas e Energia para compor  
376 a Câmara Técnica de recursos Hídricos, na forma do regimento por  
377 prazo determinado e indeterminado vai se ater rigorosamente o  
378 que está definido no Regimento Interno. O Dr. Haroldo fez uso da  
379 palavra, colocando duas observações em relação a exposição do  
380 Dr. Peter Greiner, que a questão da isenção quando falou foi por  
381 conhecimento de causa e com relação entre as diferenças entre as  
382 Bacias Amazônica e São Paulo, o Projeto de Lei, prevê uma  
383 flexibilidade a esse respeito, pois não exige que sejam criadas  
384 agências de bacias, mas sim quando houverem condições para que  
385 essas agências possam funcionar. O Conselheiro José Belizário  
386 Nunes fez uso da palavra, para apresentar a posição do  
387 Ministério de Integração Regional, que o substitutivo desfaz um  
388 consenso mínimo, que permitiu a formulação de um projeto do  
389 poder executivo encaminhado ao Congresso Nacional, tendo em  
390 vista o princípio fundamental que move o Sistema Nacional de  
391 Meio Ambiente que é conseguir articular as diversas agências  
392 governamentais em torno de uma Política Nacional de Meio  
393 Ambiente, do fato de poder ser executada em setores distintos,  
394 então é desnecessário a construção de uma nova estrutura  
395 política ou administrativa que implique a transferência de  
396 competências entre agências já existentes ou a serem criadas;  
397 uma apreciação direcionada por qualquer das formas de  
398 manifestações do Conselho Nacional do meio Ambiente, seja  
399 através de parecer, de resolução ou moção é expressa diretamente

400 ao Congresso Nacional por este Conselho. Finalizando que o  
401 Ministério vota contra em bloco o substitutivo e se opõe para  
402 votar contra qualquer forma de manifestação direta encaminhada  
403 ao Congresso Nacional por considerar processualmente inadequada.  
404 O Conselheiro Clarismino Luiz Pereira Junior fez uso da Palavra,  
405 esclarecendo que todas as dúvidas levantadas sobre a questão da  
406 regionalização são consensuais, flexível; A questão de  
407 continuidade, o substitutivo coloca o aproveitamento de recursos  
408 Humanos da Coordenadoria de Recursos Hídricos do Departamento  
409 Nacional de Água e Energia Elétrica para a Secretaria Nacional  
410 de Recursos Hídricos, não a solução de continuidade, deve o  
411 gerenciamento ser exercido por um órgão neutro ou o órgão  
412 usuário. O Conselheiro César Vítor do Espírito Santo fez uso da  
413 palavra, informando que a FUNATURA apoia o substitutivo,  
414 endossando a proposta da Câmara Técnica, sugerindo a criação de  
415 uma categoria específica de unidade de conservação que poderia  
416 ser chamada de reserva produtora de água, com objetivo de  
417 manutenção e melhoramento da capacidade de produção de água  
418 qualitativa quando quantitativa, e que a destinação dos recursos  
419 arrecadados poderia ser revestido para manutenção e proteção das  
420 áreas. Dr. Almir Bressan fez uso da palavra mencionando sobre os  
421 problemas que o País vem enfrentando na Área de Recursos  
422 Hídricos, como as atividades de garimpo, as barragens na  
423 Amazônia e os conflitos existentes entre os diversos setores que  
424 lidam com a questão da água. Falou ainda da importância do  
425 substitutivo do Projeto de Lei 2249/91 e do parecer elaborado  
426 pela Câmara Técnica de Recursos Hídricos. Em seguida a palavra  
427 foi franqueada ao Dr. Francisco r. Soares que manifestou sua  
428 preocupação referente a questão dos Recursos Hídricos na Região  
429 Nordeste. Passou à mesa dois documentos: o primeiro enviado pela  
430 Conselheira Fernanda Colagrossi, através do qual tece alguns  
431 comentários de ordem Técnica ao substitutivo do Projeto de Lei  
432 2249/91; o outro refere-se aos problemas do Rio São Francisco e  
433 à seca no Nordeste. Dr. André da Cruz falou sobre as  
434 preocupações da COIAB, relativas ao uso do mercúrio nos Rios da  
435 Amazônia. Posteriormente, o Dr. Vitório Sorotivk comentou sobre  
436 as ações do Governo do Estado do Paraná, especialmente sobre a  
437 elaboração de um Plano Diretor de utilização dos Recursos  
438 Hídricos e o projeto de despoluição dos rios da região. Queixou-  
439 se da ausência dos Estados no comitê intersetorial e informou da  
440 importância da participação dos mesmos no referido Comitê. Dra.  
441 Maude Nancy Motta iniciou seu discurso referendando o parecer  
442 apresentado pela Câmara Técnica de Recursos Hídricos e  
443 informando da sua assinatura na moção a ser enviada ao Congresso  
444 Nacional, apoiando o substitutivo do Dep. Fábio Feldmann.



445 Comentou sobre discursões que geraram o texto final. Solicitou  
446 ao Presidente do CONAMA a inclusão na Pauta da próxima reunião  
447 ordinária do CONAMA a discursão do Decreto N°. 1282/94 que  
448 regula matéria relativa a Exploração Florestal, especialmente os  
449 artigos 15, 19, 20 e 21 do código Florestal. Criticou a  
450 publicação do referido decreto e solicitou a sua revogação. Por  
451 fim, mencionou sobre o documento do Comitê das Bacias do Paraíba  
452 do Sul e da Mantiqueira, através do qual apresenta alguns  
453 comentários à Política nacional de Recursos Hídricos. Dr. José  
454 Ávila, em seu pronunciamento, comentou sobre a importância do  
455 Projeto de Lei e do substitutivo, mas fez algumas observações de  
456 caráter geral, visando alertar os conselheiros de futuros  
457 impasses, entre elas, que a lei não contenha muitos detalhes  
458 deixando esta questão para as futuras regulamentações; e que a  
459 Política de Recursos Hídricos não é gestão ambiental de recursos  
460 hídricos. Outro ponto colocado foi sobre a urgência que se faz  
461 necessária para a aprovação do projeto, uma vez que o país se  
462 encontra "Acéfalo" de recursos hídricos. Finalmente sugeriu que  
463 a aprovação do projeto seja negociada entre o executivo e o  
464 legislativo, a fim de que não se transgrida o artigo 61 da  
465 Constituição Federal. Dr. Axel Graef fez um breve histórico  
466 sobre a questão dos recursos hídricos no Estado do Rio de  
467 Janeiro, com destaque para a complexidade do abastecimento de  
468 água. Em seguida entregou à mesa algumas contribuições extraídas  
469 na Reunião da Câmara Técnica de águas, com a solicitação de que  
470 as mesmas sejam levadas em consideração quando das próximas  
471 discussões sobre o assunto. Dr. Leopoldo Garcia Brandão teceu  
472 seus comentários sobre o projeto de lei, onde enfatizou a  
473 necessidade de se proceder algumas modificações no texto, por  
474 acreditar que da forma como se encontra não deve ser aprovado  
475 com a urgência que o assunto requer. Além disso esclareceu que o  
476 projeto não vai ao encontro das soluções pretendidas. Explicou  
477 que o País possui muitas diferenças regionais e que o ideal  
478 seria a elaboração de um projeto básico que fosse reajustado à  
479 realidade. Dra. Emiko Corroborou com as colocações do Dr.  
480 Leopoldo Brandão relativamente ao volume do projeto e os  
481 empecilhos que isto poderá trazer a aprovação imediata do  
482 projeto. Posteriormente falou o Dr. Flávio Sottomayor em sua  
483 intervenção sugeriu que o tema desta reunião fosse analisado  
484 mais profundamente para que todos os conselheiros saibam o que  
485 se passa nas diversas instituições, nos diversos Estados e nas  
486 diversas entidades aqui representadas. Observou que não havia  
487 consenso entre os conselheiros com respeito a questão dos  
488 detalhes inclusos no projeto de lei e da necessidade de se  
489 discutir ainda mais sobre este ponto. Finalmente, o ser

490 Presidente do CONAMA, discorreu sobre os diferentes  
491 posicionamentos colocados pelos Conselheiros, destacando  
492 divergências sobre o título III; os aspectos de natureza  
493 estrutural, tendo-se em conta as prerrogativas constantes das  
494 disposições gerais; e a característica de tentativa de  
495 autoregulamentação nessa forma de texto maior e lei. Haja vista  
496 todos os pronunciamentos e a existência de uma nação ao  
497 Congresso Nacional contendo uma série de sugestões e  
498 modificações, o Presidente propôs aos participantes que a moção  
499 fosse apreciada no XI Reunião Ordinária do CONAMA, tendo como  
500 anexo o sumário do que foi discutido nessa sessão. Lembrou que o  
501 assunto é de maior relevância e que o CONAMA não deva se furtar  
502 a uma manifestação. Acredita que essa manifestação tenha que  
503 correr pela via política do poder executivo, independentemente,  
504 do conhecimento que o Deputado relator tenha da matéria.  
505 Informou que o Deputado Fábio Feldmann foi convidado  
506 pessoalmente para participar da Reunião, mas que em decorrência  
507 de outros compromissos anteriormente assumidos não pôde  
508 comparecer e que essa questão de relacionamento cordial e  
509 amistoso entre poderes não deve excluir um certo critério  
510 hierárquico, que deve justificar e fundamentar as manifestações  
511 de caráter político do poder executivo. Em seguida colocou em  
512 votação a proposta apresentada, que foi aprovada por  
513 unanimidade. Lembrou que o assunto é da maior relevância e  
514 concorda que o CONAMA não deva se furtar a uma manifestação.  
515 Acredita que essa manifestação tenha que correr pela via  
516 política do poder executivo, independentemente, do conhecimento  
517 que o Deputado relator, tenha da matéria. Informou que o  
518 Deputado Fábio Feldmann foi convidado pessoalmente para  
519 participar dessa reunião, mas que em decorrência de outros  
520 compromissos anteriormente assumidos não pôde comparecer e que  
521 essa questão de relacionamento cordial e amistoso entre poderes  
522 não deve entretanto excluir um certo critério hierárquico que  
523 deve justificar e fundamentar as manifestações de caráter  
524 político do Poder Executivo. Em seguida colocou em votação a  
525 proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade. Além  
526 disso, em seu pronunciamento, esclareceu a questão colocada pela  
527 Conselheira representante das Entidades Ambientais da região  
528 Sul, referente ao decreto 1.282. Disse ele: "Primeiro informar a  
529 ela que o decreto, a que ela se referiu, saiu com várias  
530 incorreções. Esse decreto foi republicado, se não me engano  
531 ontem no diário oficial, e eu peço a sua atenção para esta  
532 republicação. Como a sua argumentação foi posteriormente  
533 adjetivada e, a não ser que eu esteja enganado, fazia uma  
534 referencia a minha modéstia pessoa, eu também lhe poderia



535 licença para, transcrita a gravação desta reunião, tomar as  
536 providências que o julgar necessárias. Lamentavelmente, na  
537 segunda-feira, foi publicado num jornal do Rio de Janeiro, uma  
538 referência a uma entidade que fez parte do CONAMA e que estava  
539 entrando em juízo em razão desse decreto. Esta notícia veio  
540 acompanhada de um comentário extremamente desvairado, e senão  
541 diria calunioso a respeito da minha pessoa; ficamos na dúvida de  
542 que a entidade, se foi o caso, teria realmente dado vazão ou  
543 dado veiculação a esta matéria, de forma que eu me sinto  
544 moralmente atingido por esta matéria. Eu não estou acusando  
545 ninguém, estou apenas fazendo uma hipótese, quem quiser conhecer  
546 os detalhes, está na coluna do Carlos Swann, do Glubo de  
547 segunda-feira. Não gostaria de tratar esta matéria, portanto,  
548 como ligeireza vêm muito menos, apenas do ponto de vista formal  
549 mais porquê está em jogo não apenas a minha pessoa física, mais  
550 a figura do próprio Ministro de Estado. Gostaria, portanto, de  
551 dizer também, lembrar que ouve uma referência explícita ao  
552 CONAMA nesta notícia". Considerando não havendo mais nada a ser  
553 discutido, declarou por encerrada a XVI Reunião Extraordinária  
554 do CONAMA, da qual foi lavrada a presente síntese de Ata.  
555